

nador foi exatamente a substituição de todos os prefeitos nomeados pela administração anterior, criando condições para o estabelecimento de sua própria máquina partidária, a qual, de resto, foi a mais eficientemente organizada do Estado durante todo o período democrático até 1964. Já em fins de 47, o PSP contava com diretórios e sub-diretórios em todos os distritos eleitorais do Interior e da Capital⁴¹ e, nas eleições municipais realizadas nesse ano elege, sozinho, 27% dos prefeitos, contra 11% do PSD; 4,5% da UDN; 4,5% do PTN e 5,4% de outros partidos, num total de 292 municípios⁴².

Estruturando-se a partir do controle do aparelho governamental, a expansão do PSP teve o nítido significado de enfraquecimento das bases pessedistas no Estado. Os efeitos de sua expansão para as forças pessedistas se fazem sentir de modo bastante claro nas eleições realizadas no mesmo grupo de municípios em 1951, quando o PSD elege sozinho apenas 2,4% do total de prefeitos, contra 45,5% do PSP. Da mesma forma, nas eleições legislativas de 50, o PSD diminui substancialmente sua representação, obtendo, para a Câmara Federal, 17,5% da bancada paulista (contra 45,7% em 1945) e, para a Assembleia Legislativa, 12% do total de cadeiras (contra 34% em 1947). E um sintoma bastante significativo deste processo foi a violenta reação do PSD paulista contra Adhemar, concretizada na campanha pela intervenção federal em São Paulo em 1948, marcando o início de um padrão de aproximação política entre PSD e UDN paulistas que só viria a ser rompido em 1958 e, de forma mais clara, em 1962.

Por outro lado, a aliança com os comunistas e a própria divisão dos trabalhadores, da qual foi beneficiário, permitiu que o Partido penetrasse uma área eleitoral operária e adquirisse uma conotação popular que o levaria a se apresentar como partido de oposição às elites conservadoras identificadas com o PSD e, principalmente, com a UDN — os “cartolas”, como eram chamados no jargão pessedista — e a disputar com o PTB o eleitorado trabalhista de São Paulo.

41. A informação para os diretórios municipais baseia-se em dados coletados junto ao TRE. Para os diretórios distritais da capital, baseia-se em depoimentos de ex-dirigentes pessedistas, uma vez que esses diretórios só eram registrados no próprio partido.

42. Os demais prefeitos foram eleitos por coligações partidárias (48%). Para o cálculo destas porcentagens foram excluídos os 13 municípios cujos prefeitos eram nomeados pelo governador.

CAPÍTULO IV

O PSP NO GOVERNO DO ESTADO — 1947/1950

1 — Campanha Intervencionista

Tão logo se configura a vitória de Adhemar de Barros nas urnas, as forças pessedistas do Estado, secundadas pressurosamente pela UDN, encetam intensa movimentação no sentido de impedir sua posse. A aliança com o Partido Comunista oferece o argumento para tentar empolgar as Forças Armadas, tanto mais que as inábeis declarações de Prestes a respeito de sua posição pró-soviéticas em caso de guerra entre o Brasil e a União Soviética haviam atingido a opinião pública recentemente e com grande impacto. Com este objetivo, são interpostos na justiça eleitoral vários recursos visando impugnar a eleição de Adhemar, sob alegações que iam desde a ilegalidade do registro de sua candidatura e do registro do próprio PSP até à existência de irregularidades nas apurações. Paralelamente, era explorada com grande estardalhaço — especialmente pela UDN — a questão de um processo instaurado contra Adhemar em 1941, referente ao emprego de verbas secretas da polícia, e que se encontrava, nesta altura, na Justiça Federal.

Segundo declarações posteriores do então Ministro da Justiça¹, Benedito Costa Neto, um acordo entre Adhemar e as forças pessedistas se faz através da promessa daquele de ingres-

1. Discurso do Deputado Benedito Costa Neto na Câmara Federal, transcrito em *O Estado de São Paulo* de 2/4/49, p. 3. Segundo a imprensa da época, o acordo envolveu também a sustentação de Benedito Costa Neto na pasta da Justiça por parte do governo de São Paulo. *O Estado de São Paulo* — 30/1/47.

sar no PSD na convenção de junho de 1947, concertando-se então a colaboração desse partido em seu governo.

Cessam, assim, as resistências contra Adhemar e este toma posse no dia 14 de março, em meio a grandes festejos, aos quais ele comparece sempre acompanhado pelo senador Luiz Carlos Prestes. O apoio do PSD é formalizado através da indicação de Novelli Jr. para a Secretaria da Educação. O PTB anti-borghista² participa igualmente do governo, indicando Cássio Ciampolini para a Secretaria do Trabalho. Já a UDN, através de comunicado oficial do presidente do diretório estadual, Waldemar Ferreira, manifesta posição contrária à colaboração com o governador eleito. Essa orientação provoca uma crise interna na UDN paulista, com o grupo liderado por Paulo Nogueira Filho e Castilho Cabral colocando-se abertamente contra ela. Este grupo formava uma dissidência denominada Ação Popular Renovadora, cujos componentes, rompendo publicamente com o Partido em junho de 1947, ingressam no PSP, juntamente com vários prefeitos e vereadores udenistas³.

A colaboração do PSD com o Governador dura bem pouco. A substituição dos prefeitos nomeados durante a interventoria de Macedo Soares por elementos do PSP leva o diretório estadual daquele partido a romper formalmente com Adhemar logo no princípio de abril, com o conseqüente afastamento de Novelli Jr. da pasta da Educação. O PSD alia-se então à UDN, formando, juntamente com o PRP e o grupo borghista, um bloco parlamentar de oposição na Assembleia Constituinte. Na Câmara Federal, os ataques ao governador de São Paulo são encabeçados por Edgard Batista Pereira, da bancada peessedista paulista, que faz sucessivas denúncias a respeito das ligações de Adhemar com o PC desde 1935 — sugerindo inclusive sua participação na intenciona comunista — e da entrega de várias prefeituras do Estado a elementos indicados por esse partido⁴.

2. Borghi foi expulso do PTB no princípio de março de 47, ingressando então no PTN, legenda pela qual concorrera ao governo do Estado. Entretanto, contava ainda com vários adeptos no PTB. Não tendo sido prestigiado por Adhemar — que preferiu negociar com a ala mais fiel à orientação getulista — o grupo borghista passa a integrar a oposição. Posteriormente, quando o PTB retira seu apoio ao Governador, Borghi aproxima-se de Adhemar, sendo nomeado para a Secretaria da Agricultura em 1948.

3. LEITE, A., 1966, pp. 371 e segs.; CABRAL, C., 1962, pp. 42 e BENI, M., s/d., pp. 187-189.

4. O discurso foi transcrito na íntegra por *O Estado de São Paulo* de 30/05/47 — pp. 3-5.

Em fins de abril, a partir de um pronunciamento do General Flores da Cunha — deputado federal pela UDN do Rio Grande do Sul — é levantada a questão da possibilidade de ser decretada a intervenção em São Paulo. Ao mesmo tempo ultimavam-se as tramitações para o cancelamento do registro do Partido Comunista, o que veio a ocorrer a 7 de maio.

Aproveitando-se desses rumores como elemento de pressão, as forças de oposição ao Governador tentam forçar a votação imediata de uma Constituição provisória — conhecida como “Polquinha” — a qual continha dispositivos que facilitariam o pedido de *impeachment*¹ do Governador pela Assembleia Legislativa.

O projeto da Constituição provisória foi proposto como substitutivo ao anteprojecto constitucional já aprovado e implacava, por esta razão, na reformulação do regimento interno da Assembleia. Contra esta reformulação colocaram-se, vitoriosamente, as bancadas do PSP, PR, PDC, PTB, PCB, além dos deputados dissidentes da UDN e de alguns elementos do PSD, como foi o caso do deputado Castro Neves. Apesar disto, a situação de Adhemar continuava bastante delicada. Cancelado o registro do PCB, era claro que o próximo passo seria a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas⁵, com o evidente risco da medida se estender aos representantes do Executivo eleitos com o apoio oficial do Partido⁷ — e eram insistentes os rumores segundo os quais altos dirigentes do PSD estariam preparando um recurso contra Adhemar, visando a cassação de seu mandato⁸.

Esta primeira fase da campanha intervencionista é superada por um novo acordo entre Adhemar e o PSD, desta vez baseado no apoio pessepista a Novelli Jr. — genro de Dutra — para as eleições à vice-governança em novembro de 47. O acordo, porém, provoca uma cisão no PSD e sua Comissão Executiva

5. O *impeachment* de Adhemar estava sendo articulado pela oposição com base na acusação de desvio de dinheiros públicos.

6. Estava em tramitação no Congresso um projecto neste sentido, de autoria do senador Ivo d'Aquino.

7. Em dezembro de 47, foi efetivamente apresentada uma emenda ao projecto Ivo d'Aquino prevendo a cassação do mandato de representantes do Executivo que tiveram suas candidaturas registradas pelo PCB.

8. Cf. *O Estado de São Paulo* — 20/7/47 — p. 3.

Estadual lança a candidatura de Cirilo Jr.⁹, em aliança com o PTB e com o apoio comunista. A UDN, por sua vez, lança a candidatura de Plínio Barreto. Após uma campanha eleitoral caracterizada por extrema violência, Novelli Jr. é eleito, ficando configurada uma situação que iria estimular o PSD estadual a novas investidas contra Adhemar e que se revelaria fundamental na determinação dos rumos da sucessão presidencial de 1950. Com Novelli na vice-governança, as forças possedistas vislumbram a oportunidade de recuperar o controle do Estado e com este objetivo aproximam-se da UDN e do PTB — que passara à oposição desde o lançamento da candidatura Cirilo Jr. — tentando obter o afastamento de Adhemar do governo de São Paulo.

O rompimento de Novelli Jr. com o Governador se dá em março de 1948. Os motivos alegados são a organização de um Congresso Rural — iniciativa do então Secretário da Agricultura, Hugo Borghi¹⁰ — e a incompatibilidade da administração de Adhemar com a política financeira federal.

A preocupação com o produtor rural sempre foi uma constante no apelo político de Adhemar, desde a interventoria. E em suas palestras irradiadas semanalmente — uma espécie de reedição das “Palestras ao Pé do Fogo” — ele muito freqüentemente abordava os problemas rurais, dirigindo-se, especialmente, aos pequenos produtores e aos trabalhadores do campo em geral¹¹. Nesta medida, não é de se estranhar que a proposta de Borghi tenha sido imediatamente encampada pelo Governador.

O Congresso Rural deveria se realizar em duas etapas: inicialmente, haveria uma grande concentração de trabalho

9. Segundo o depoimento de Carvalho Sobrinho (12/7/78), o acordo entre o PSP e PSD previa, inicialmente, o lançamento da candidatura de Cirilo e só posteriormente Adhemar teria acertado com Dutra a indicação de Novelli. Com este ficaram vários próceres possedistas, sob a liderança de Mário Tavares e Sílvio de Campos, enquanto a denominada “ala velha”, de Vergueiro de Lorena, César Vergueiro e outros, acompanhou Cirilo Jr.

10. Depoimento de Ciro Albuquerque — 31/8/77.

11. Durante a administração de Adhemar foram realmente implementadas algumas medidas em benefício do pequeno agricultor. Através da Secretaria da Agricultura, eram mantidos postos de assistência técnica, cujos serviços incluíam o aluguel de tratores e a distribuição de adubos e fertilizantes para as cooperativas. Além disso, foram criados armazéns do governo para a estocagem dos produtos, diminuindo, assim, a interferência dos grandes distribuidores. (Depoimento de Mário Beni a Anete Maria Alves Onça e outros).

res agrícolas no estádio do Pacaembu, com a finalidade de preparar “psicologicamente”¹² a etapa seguinte, quando seriam efetivamente instalados os trabalhos do Congresso, constituído por representantes eleitos em cada município do Interior, num total de 1.500 lavradores. O objetivo explícito era promover o contato direto entre o governo estadual e os trabalhadores rurais, para o debate dos problemas agrícolas. O temário abrangia desde os problemas de crédito e assistência técnica à lavoura, passando pelos problemas de distribuição e armazenamento, até a questão da sindicalização do trabalhador rural¹³. A tentativa de mobilização das massas do Estado configurou-se nitidamente como uma estratégia que visava ocupar um espaço político disponível, na medida em que os compromissos entre o PTB e o PDS em termos nacionais impediam a penetração trabalhista nessa área.

A mobilização para impedir a realização do Congresso, entretanto, foi intensa, com sucessivas manifestações de protesto por parte de associações das classes produtoras, notadamente da Federação das Associações Rurais de São Paulo e da Sociedade Rural Brasileira. Coroadas estas manifestações, a UDN lança, em fevereiro de 48, um “Manifesto à Nação”, denunciando o caráter subversivo do Congresso.

Cedendo às pressões, Adhemar recua e, no final de fevereiro de 1948, anuncia o adiamento *sine die* do Congresso, justificando-o pela necessidade de “neutralizar a infiltração de comunistas nos trabalhos desenvolvidos no Interior”¹⁴. No princípio de março, a ideia é definitivamente liquidada, com o afastamento de Borghi da pasta da Agricultura.

Quando à administração de Adhemar, a principal acusação referia-se ao caráter inflacionário de sua política financeira, que estaria causando sérios prejuízos à economia do Estado e contrariando frontalmente as diretrizes adotadas pelo Governo Federal.

A atuação do chefe pessepeista à frente do governo de São Paulo apresenta as mesmas características que já se haviam esboçado no período de sua interventoria. A administração é fundamentalmente centrada na realização de grandes obras públicas e na ampliação dos serviços oferecidos pelo Estado, den-

12. Entrevista de Hugo Borghi ao jornal *O Dia* — 17/2/48.

13. *Idem*.

14. *O Dia* — 27/2/48.

tro de uma perspectiva de bem-estar social que implicava na extensão da máquina governamental, o que, obviamente, funcionava ao mesmo tempo como mecanismo de maximização dos recursos à disposição do PSP para o atendimento de sua clientela.

Essa política, no entanto, esbarrou em sérias dificuldades orçamentárias, devidas, em parte, a compromissos provenientes do exercício anterior e, em parte, a novos encargos atribuídos ao governo pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica dos Municípios¹⁵.

Para contornar estas dificuldades, sem comprometer seus planos de governo, Adhemar passa a emitir títulos de responsabilidade do Estado¹⁶. Um desses títulos — o chamado bônus rotativo — foi emitido em grande número, passando a funcionar como verdadeira moeda auxiliar, uma vez que era amplamente utilizado como meio de pagamento, tanto pelo governo quanto pelos próprios contribuintes¹⁷.

Embora a emissão de bônus fosse permitida pela legislação vigente até 25% da receita estadual orçada — limite que Adhemar não chegou a ultrapassar — a situação financeira do Estado foi realmente abalada¹⁸, fornecendo argumentos para as investidas intervencionistas.

Com a posição assumida por Novelli Jr., reconciliaram-se as duas alas do PSD paulista, sendo, então, desencadeada violenta campanha contra Adhemar, com o apoio da UDN, do PTB e de alguns partidos de menor expressão, como o PR e PRP.

15. Cf. mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, março de 1949. Neste documento é assinalada ainda, como fator de onerosidade do orçamento, a nova discriminação de rendas previstas pela Constituição de 1946.

16. O Governador fez também tentativas de aumentar a receita através da elevação de impostos. A oposição, contudo, reagia violentamente contra essas tentativas e os projetos neste sentido eram frequentemente rejeitados na Assembleia Legislativa.

17. Cf. relatório do Ministro Corrêa e Castro a respeito da situação financeira de São Paulo, transcrito na íntegra, em *O Estado de São Paulo* de 10/6/48 — p. 3.

18. O ex-governador Lucas Nogueira Garcez, em seu depoimento à Autora (8/5/78), declarou que quando assumiu o governo em 1951, a situação financeira do Estado era extremamente precária, uma vez que não havia condições para a conversão do bônus em dinheiro para pronto pagamento, tendo sido necessário negociar com o Governo Federal um esquema financeiro neste sentido.

Os ataques vêm de todos os lados, Na Câmara Federal e Assembleia Legislativa, as ligações do chefe pesepista com os comunistas são fartamente exploradas, ao mesmo tempo em que são feitas várias denúncias a respeito das irregularidades na administração estadual. Adhemar é acusado de corrupção e as acusações vão desde a cobrança de propinas para a concessão de obras públicas a empresas particulares, até o envolvimento no câmbio negro de gêneros alimentícios e na exploração do jogo do bicho. Sua própria sanidade mental chega a ser contestada, em requerimento enviado por um deputado udelista de São Paulo ao Ministro da Justiça¹⁹.

Em abril desse ano, é encaminhado ao Presidente da República, pela mesa provisória da Assembleia Legislativa, um ofício assinado pelos líderes do PSD, UDN, PTB e PR, solicitando providências dos poderes federais contra o Governador paulista. A justificativa da solicitação era a de que, tendo se configurado um caso de coação do Legislativo por parte do Executivo por ocasião da eleição da nova Mesa, estava, no entanto, a Assembleia impedida de tomar as medidas cabíveis — no caso, o *impeachment* — uma vez que para isto seria necessária a adesão da maioria absoluta dos parlamentares, tal como era previsto na Constituição Estadual de 1947.

Na mesma época, é enviado a Dutra um manifesto-denúncia, subscrito por deputados federais e estaduais de São Paulo, pedindo a intervenção com base no número 1 do artigo 7.º da Constituição Federal²⁰ e apresentando um relato sobre a situação financeira do Estado.

Em relação à representação da Mesa da Assembleia Legislativa, Dutra encerra a questão a favor de Adhemar, declarando ser de competência exclusiva do Poder Legislativo estadual solicitar ao Governo Federal a intervenção para garantir o livre exercício de suas funções, não cabendo, portanto, ao Poder Federal nenhuma iniciativa nesse sentido²¹. Quanto ao Manifesto dos deputados, o Presidente encaminha documentação ao Ministério da Justiça, para que fosse estudada a adequação jurídica da aplicação das medidas solicitadas. A 27 de abril,

19. LEITE, A., 1966.

20. Este artigo previa a intervenção nos casos em que estivesse ameaçada a integridade nacional.

21. Telegrama do Presidente Dutra em resposta à representação da Mesa da Assembleia Legislativa, transcrito em *O Dia* de 11/4/1948.

o Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, dá parecer contrário à intervenção, indicando, para solucionar o caso paulista, o Código Penal ou a Assembleia Legislativa²².

Para este desfecho favorável a Adhemar contribuiu seu entendimento com o então Ministro da Guerra, General Canrobert, a respeito da atitude do governo paulista em relação ao PCB, agora na ilegalidade.

As relações entre Adhemar e os comunistas haviam evoluído, desde o princípio de sua gestão até aquele momento, no sentido de um progressivo afastamento. Já antes de sua posse, quando as articulações no sentido de impedi-la estavam no auge, o Governador prestou sucessivas declarações à imprensa, assinalando o caráter meramente eleitoral de sua aliança com o PCB e negando a existência de quaisquer compromissos, além daqueles constantes dos termos oficiais do acordo. Posteriormente, quando foi cancelado o registro do Partido, Adhemar absteve-se de pronunciamentos contrários à medida, adotando uma posição de neutralidade²³. A partir de então, os comunistas passam a atacá-lo frontalmente, acusando-o de traidor e denunciando medidas repressivas por parte de sua polícia²⁴. Os conflitos se acentuam durante a campanha pela vice-governança, culminando com o empastelamento do jornal comunista *Hoje* nos primeiros dias de janeiro de 48. Apesar disto, os representantes pessepistas na Câmara Federal e Assembleia Legislativa colocam-se em oposição à extinção dos mandatos comunistas, evidentemente devido ao temor de que a medida pudesse atingir Adhemar. Uma vez aprovado o projeto Ivo d'Aquino, é porém, imediatamente providenciada a expulsão dos deputados comunistas eleitos sob a legenda do PSP.

Com a intensificação da campanha intervencionista, Adhemar se vê obrigado a procurar ampliar suas bases de apoio e, com este objetivo, teria — segundo algumas versões²⁵ — entrado em entendimentos com os comunistas, fazendo-lhes algumas concessões, tais como a libertação de presos, liberdade para os órgãos de imprensa do Partido e garantias pessoais a Luís Carlos Prestes. De qualquer forma, em fins de março, os co-

munistas lançam um violento manifesto antiintervencionista, provocando a vinda do General Canrobert a São Paulo, para exigir do Governador medidas punitivas aos responsáveis pelo documento.

Segundo foi então aventado, o General seria portador de um ultimato: caso as atividades comunistas não fossem contidas, a intervenção seria efetivada. Quando o Ministro chega a São Paulo, entretanto, Adhemar já determinara providências repressivas esvaziando, assim, os argumentos oposicionistas capazes de sensibilizar o setor militar²⁶.

A partir de então, as esperanças dos intervencionistas voltam-se para o Senado Federal. As denúncias referentes à situação financeira de São Paulo, constantes do manifesto enviado ao presidente Dutra, haviam sido encaminhadas ao Ministério da Fazenda, para as devidas apurações. Em junho desse ano, o Ministro Corrêa e Castro envia seu relatório ao Presidente, que o remete ao Senado para apreciação e julgamento das medidas cabíveis. O relatório conclui pela procedência das denúncias e assinalava que a própria preservação da ordem interna estava ameaçada pela "desordem financeira e econômica" reinante em um dos maiores Estados da Federação²⁷.

Em fins de julho, contudo, o Senado aprova os pareceres das Comissões de Justiça e de Finanças, contrários à determinação da intervenção pelo Legislativo, decisão que marcou o encerramento da campanha intervencionista.

Todos os depoimentos a respeito deste assunto são unânimes em ressaltar a rigorosa posição legalista do presidente Dutra, impedindo que se efetivasse a intervenção em São Paulo. Por outro lado, várias correntes políticas nacionais opuseram-se frontalmente à medida que, se concretizada, representaria a abertura de um precedente bastante sério, criando um impasse nas relações entre os governos estaduais e o poder central. Neste sentido, a direção nacional da UDN, divergindo do Diretório de São Paulo, assumiu posição antiintervencionista, no que foi

22. BENI, M., s/d — p. 202.

23. Cf. Entrevista de Adhemar ao Jornal *O Dia* — 9/5/47.

24. Cf. *O Estado de São Paulo* — 3/6/47, 12/8/47 e 11/9/47.

25. O deputado Edgard Batista Pereira fez acusações nesse sentido, tal como se depreende do discurso de Paulo Nogueira Filho, em defesa de Adhemar, pronunciado na Câmara Federal em 12/4/48. A este respeito, ver também HENRIQUES, A. — s/d, p. 414.

26. Cf. ALVES FILHO, F.R. — 1954 e o artigo "PSP — Bol-

so Cheio e Manga Arregaçada", publicado no jornal *Comício* de 31/7/52. Neste artigo é sugerido que Adhemar, para consolidar sua posição junto ao General Canrobert, teria lhe acenado com o apoio do governo de São Paulo a sua candidatura nas eleições presidenciais de 50.

27. Relatório Corrêa e Castro — item 31. *O Estado de São Paulo*, 10/6/48 — p. 3.

apoiada pela maioria das seções estaduais²⁸, inclusive pela mineira, com toda a autoridade política do governador Milton Campos. Entre as forças possedistas, igualmente, várias figuras de destaque colocaram-se ao lado de Adhemar, como foi o caso do próprio Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita²⁹.

Em São Paulo, mesmo forças políticas não diretamente identificadas com Adhemar promoveram intensa mobilização da opinião pública em defesa da autonomia estadual, registrando-se várias manifestações neste sentido por parte de estudantes da Faculdade de Direito, do Clube Piratininga, da Associação dos Ex-Combatentes de 32 etc. Na própria UDN chegou a haver defecções, como foi o caso do deputado Romeu de Andrade Lourenção — excluído do Partido por sua posição antiintervencionista. Segundo acusações de seus companheiros, esse deputado teria encabeçado um movimento de prefeitos udenistas contra a intervenção.

Por outro lado, em meados do ano, o PTB paulista muda sua orientação e passa a apoiar Adhemar³⁰. Mais ou menos pela mesma época, o governador estabelece um acordo com a chamada "ala velha" do PSD, que se retira da campanha intervencionista —, obtendo, em troca, as Secretarias da Fazenda (Machado Barreto, do grupo Simonsen), do Trabalho (José João

Abdalla) e da Justiça (César Vergueiro, do grupo de Gastão Vidigal)³¹.

O acordo provoca, novamente, uma dissensão entre os grupos possedistas, sendo emitida uma nota oficial assinada por Cirilo Júnior, Benedito Costa Neto, Gofredo da Silva Teles Filho, Plínio Cavalcante e outros³², contra a posição da "ala velha" e surgindo, inclusive, rumores a respeito da expulsão de César Vergueiro e J. J. Abdalla dos quadros partidários³³. Em função disto, vários deputados possedistas rompem com o Partido, ingressando, posteriormente, no PSP³⁴.

Adhemar saía assim fortalecido da campanha intervencionista, consolidando sua posição política no Estado e neutralizando definitivamente o PSD.

2 — As Eleições de 1950

Encerrada a luta contra a intervenção, os esforços de Adhemar voltam-se para as eleições presidenciais que deveriam se realizar em outubro de 1950. Com este objetivo passa a articular a organização do PSP em vários estados e trata de projetar sua imagem pessoal, realizando uma série de viagens por todo o País.

Configurando-se de início a inviabilidade de sua candidatura dentro do esquema situacionista³⁵ — uma vez que se

28. O Senador Hamilton Nogueira, presidente da UDN do Rio de Janeiro chegou a vir a São Paulo, acompanhado do deputado General Euclides Figueiredo, prestar solidariedade a Adhemar, provocando a apresentação de uma moção de protesto por parte da seção paulista de seu partido. Cf. *O Estado de São Paulo* — 17/7/48, p. 3.

29. Cf. Depoimentos de Eriundo Salzano (12/9/77) e Paulo Laturo (4/6/76). Os intervencionistas atribuíram a posição do Ministro a um acordo entre Adhemar e o PSD gaúcho com vistas à sucessão de Dutra. A este respeito, ver *O Estado de São Paulo*, 27/5/48, p. 3.

30. Segundo o depoimento de Toledo Piza (4/12/77), a direção estadual do PTB adotara posição favorável à intervenção em troca de algumas vantagens que lhes seriam oferecidas pelo grupo possedista. Atendendo a um apelo de Adhemar, Piza passou a desenvolver articulações contra a campanha intervencionista. Com este objetivo, conseguiu convencer alguns elementos do diretório regional da inconveniência do PSD assumir o governo do estado e obteve a assinatura de uma carta a Getúlio Vargas, expondo a situação de São Paulo e pedindo orientação quanto à política a ser seguida. Getúlio teria então determinado a derubada da direção petebista e a mudança da política quanto à campanha intervencionista.

31. Ainda segundo o depoimento de Piza, a mudança da atitude do PSD paulista teria sido forçada pelo governo do estado através de uma complicada manobra financeira que teria levado o Banco de propriedade de Gastão Vidigal a contrair uma dívida com o Banco do Estado, sujeitando-o, assim, a pressões do Governador. Segundo o depoente, Gastão Vidigal era o principal articulador da intervenção em São Paulo.

32. *O Estado de São Paulo* — 2/9/48, p. 3.

33. *Idem* — 4/9/48, p. 3.

34. Este grupo conhecido como "O Grupo dos 9". Depoimento de Carvalho Sobrinho — 12/7/78.

35. O esquema situacionista previa, inicialmente, uma candidatura de união do PSD, UDN e PR, em função do acordo interpartidário que vigorou durante o governo Dutra. As tentativas neste sentido foram articuladas em torno da chamada "fórmula mineira". Entretanto, os conflitos entre as seções regionais do PSD — que, a grosso modo, correspondiam à oposição entre as alas dutrista e varguista —, e a dificuldade de encontrar um nome que fosse aceito pela UDN, levaram ao esvaziamento desta alternativa. Após algumas tentativas de manter o acordo com base numa candidatura militar extra-partidária — e o nome então cogitado foi o do General Canrobert — o PSD e a UDN evoluíram para soluções partidárias, apresentando as candidaturas de Cristiano Machado e do Brigadeiro Eduardo Gomes, respectivamente.

apresentava como força política independente e com expressão apenas em São Paulo — o líder pessepista procura lançar-se como um candidato de oposição, identificado com as forças populares e progressistas, em contraposição ao conservadorismo do esquema oficial. Esta estratégia fica aparente no tom que marca as declarações de Adhemar em suas peregrinações políticas no decorrer de 1949. Nelas, identifica-se como “populista”, definindo a palavra nos seguintes termos: “Ser populista, para nós, é dar à função social do Estado uma amplitude que não teve até agora. É governar dando oportunidade a todos e procurando elevar cada um de acordo com suas possibilidades, porém amparando cada um de acordo com as suas necessidades (...). Os que se separam do populismo, classificam-se, muito gratinamente, de democratas. Na verdade, porém, são apenas homens poderosos ou a serviço de grupos, poderosíssimos que julgam que o Brasil deve continuar a ser das raras nações do mundo onde existe, de um lado, uma pequena minoria de milionários e, de outro, a grande maioria de paupérrimos e semi-pobres.”³⁶

Em função desta estratégia, Adhemar aproxima-se dos trabalhistas, tentando obter o apoio de Vargas para sua candidatura.

As conversações começam em princípios de 1949, cerca-das de grande sigilo. Os articuladores são, por parte do PSP, o Dr. Erlindo Salzano e Caio Dias Batista e, por parte do PTB, o Major Newton Santos, depois substituído por Danton Coelho.

A posição de Vargas, a esta altura, era de expectativa em relação ao desenvolvimento das negociações entre o PSD e a UDN, fórmula que, evidentemente, constituía a alternativa mais desfavorável para o futuro político do PTB e dele próprio. Sem assumir compromisso com nenhuma das correntes que o procuravam, Getúlio estimulava discretamente diversas alternativas ao esquema articulado pelo Cateie, dividindo o PSD e provocando a desconfiância da UDN. À medida em que se esvaíava a “fórmula mineira” e que PSD e UDN se encaminhavam para candidaturas próprias, ia ganhando consistência a possibilidade de aliança entre PTB e PSP.

O apoio do governo de São Paulo representava condição *sine qua non* para a candidatura de Getúlio, uma vez que

36. Adhemar de Barros — palestra radiofônica transcrita em *O Dia*, de 13/5/49.

o PTB — ainda em pleno processo de estruturação³⁷ e com desvantagem evidente em relação à máquina pessepista — não dispunha de força política para, sozinho, garantir seu lançamento. Ademais, o peso político do Estado representava um trunfo para vencer as resistências militares contra Vargas.

Os entendimentos, entretanto, eram prejudicados pela relutância de Adhemar em renunciar a sua candidatura. Por outro lado, na hipótese de Getúlio não ser o candidato, o PTB recusava-se a apoiar o governador paulista, estando disposto a fazer um acordo com o PSD. Às vésperas do final do prazo para a desincompatibilização — que deveria se esgotar no dia 4 de abril de 1950 — nada havia sido ainda decidido e era grande a expectativa reinante em todas as áreas políticas, inclusive no próprio PSP.

As cúpulas pessepistas dividiram-se bastante em relação à candidatura de Adhemar³⁸. Os que se posicionaram contra ela ressaltavam a inconveniência de entregar o governo a Novelli Jr., não apenas pelo risco de ser promovida uma verdadeira devassa na administração adhemarista — possibilidade constantemente lembrada pela imprensa da oposição — quanto pelas consequências negativas que a perda da máquina governamental poderia acarretar para a situação do PSP nas eleições estaduais. Argumentavam, ainda, que a candidatura não contava com probabilidade de êxito, uma vez que o Partido dispunha de organização efetiva apenas em São Paulo e não tinha o apoio de nenhum dos grandes partidos nacionais.

No final de março, o Dr. Erlindo Salzano — que passara a coordenar sozinho os entendimentos — vai a Adhemar pedir instruções para a conversa definitiva com Getúlio Vargas. Salzano era favorável ao lançamento de Getúlio, tendo, na ocasião, procurado convencer Adhemar de que esta seria a melhor alternativa para o PSP. Sua narrativa a respeito deste encontro é bastante significativa para a compreensão da personalidade do chefe pessepista, fator que certamente deve ser levado em consideração na análise de sua trajetória: “Neste momento, eu senti que houve uma espécie — eu até quero usar um termo italiano — de *singulto*, um soluço que veio do fundo de sua alma e que marcou toda a caminhada posterior.

37. Cf. SOARES, G.A.D., 1973, cap. IV.

38. Eram favoráveis à sua candidatura vários diretores estaduais — especialmente o do Rio de Janeiro — bem como muitos membros do diretório paulista, entre os quais, o Dr. Paulo Lauro, secretário geral e elemento de grande prestígio no Partido.

E nossa tragédia veio daí: apesar de reconhecer isto (os argumentos de Salzano), ele não se conformou porque sua aspiração era a Presidência da República; ele ficou profundamente traumatizado”³⁹.

E Salzano seguiu para a Estância dos Santos Reis sem instruções de Adhemar, posto que este lhe respondera para fazer como quisesse⁴⁰.

Recebendo de Getúlio a confirmação de que o PTB não aceitaria a candidatura de Adhemar, Salzano lhe oferece o apoio do PSP, sendo então firmado o documento que ficou conhecido como o “Protocolo dos Santos Reis”. O acordo — cujos termos foram registrados atrás de uma foto de Adhemar e Getúlio tirada na Fazenda de Itu — previa que todos os cargos majoritários de São Paulo fossem do PSP. Além disso, o candidato à vice-presidência seria indicado pelo PSP e a composição do ministério seria feita em conjunto com Adhemar. Havia, ainda, sempre segundo o depoimento de Salzano, uma quarta condição, que seria a assinatura, por parte de Getúlio, de uma carta-renúncia em favor de Adhemar. Esta cláusula ficou, contudo, em suspenso, dada a resistência oferecida por Vargas. Ainda como parte do acordo, Vargas comprometeu-se, no caso de ser eleito, a apoiar a candidatura de Adhemar à Presidência da República em 1955⁴¹.

Nesta ocasião, foi levantada a questão do respaldo militar à candidatura getulista — uma vez que se esperava uma reação por parte das forças armadas — ficando estabelecido que a aliança PTB/PSP seria garantida pelo General Estillac Leal. Na eventualidade de qualquer movimento armado, Getúlio atravessaria a fronteira e Adhemar assumiria o comando político do movimento⁴².

Salzano leva o “Protocolo” a Adhemar e este finalmente concorda em renunciar a sua candidatura, tornando pública sua decisão do dia 2 de abril — apenas dois dias antes de esgotar-se o prazo para desincompatibilização — através de um manifesto em que atacava violentamente o PSD e o governo Dutra⁴³.

39. Depoimento de Erlindo Salzano — 13/9/77.

40. *Idem*.

41. Samuel Wainer, *apud* SILVA, H., 1978, p. 192.

42. Depoimento de Erlindo Salzano — 13/9/77.

43. *O Estado de São Paulo* — 4/4/50, pg. 3. Cf. também BENI, M. — s/d, p. 222.

Em 15 de junho, a candidatura de Vargas é lançada oficialmente num grandioso comício em frente ao Museu do Ipiranga, numa manifestação de força de Adhemar, o qual passava a se apresentar como o “general da vitória”. Compreensivelmente, as relações entre os dois líderes populistas foram bastante tensas durante toda a campanha. Segundo depoimentos de figuras políticas que acompanharam de perto os acontecimentos, Adhemar não desistira da idéia de se tornar Presidente e, na esperança de uma articulação militar contra Getúlio, preparava-se para ser o beneficiário de um movimento de resistência armado pelo qual pretendia alcançar o poder como líder das forças populares⁴⁴.

As tensões se acentuam quando é anunciado, à revelia de Vargas, o nome de Café Filho como candidato à vice-presidência na chapa PSP/PTB⁴⁵. Getúlio opôs-se fortemente a esta indicação, uma vez que pretendia oferecer o cargo ao General Góes Monteiro, numa composição que visava neutralizar a oposição militar⁴⁶. Além disso, a candidatura de Café Filho tendia a exacerbar a oposição por ser ele encarado como elemento de tendências esquerdistas — dada sua atuação à frente de movimentos sindicais no início de sua carreira e sua resistência às emendas religiosas durante a Constituinte — sendo um nome expressamente vetado pela Liga Eleitoral Católica.

Adhemar, no entanto, mostrava-se irredutível e as forças getulistas contra-atacam apoiando, oficialmente, a candidatura de Hugo Borghi ao governo de São Paulo⁴⁷.

Enquanto isto, a candidatura de Getúlio, à proporção em que ganhava ímpeto popular, ia vencendo as resistências militares — obtendo, inclusive, garantias por parte de Góes Mon-

44. Depoimento de Erlindo Salzano (12/9/1977) e Lucas Nogueira Garcez (8/5/78). Cf. também, ALVES, F.R. 1954, pp. 105-106. Este Autor afirma que Adhemar teria chegado a planejar um esquema militar em São Paulo, coordenado pela figura misteriosa de G. Cambarelli, o qual além de astrólogo e ocultista, se dizia antigo conselheiro privado de Benito Mussolini e participante da Marcha sobre Roma. Segundo, inclusive, a existência de tramas contra a vida de Getúlio, razão pela qual este teria se recusado a fazer a campanha no avião colocado a sua disposição por Adhemar.

45. Café Filho rompeu com Adhemar em 1947, por não concordar com a candidatura de Novelli Júnior, tendo apoiado, então, o candidato udenista à vice-governança. A reaproximação se dá justamente em função das eleições de 50, quando é eleito vice-presidente do PSP.

46. COUTINHO, L., 1956, pp. 496 e segs.

47. Depoimento de Erlindo Salzano — 13/9/77.

teiro — e relegando a um segundo plano o apoio do “general da vitória”. Nesta altura, Salzano, preocupado com a possibilidade de rompimento, mantém entendimentos com Getúlio, ficando então acertada a suspensão das hostilidades e a aliança se mantém inalterada até as eleições de outubro. Com isto, o PSP garante o controle de São Paulo por mais quatro anos, elegendo Lucas Nogueira Garcez com cerca de 47% do total de votos nominais. Conquistista, ainda, a cadeira do Senado para César Vergueiro⁴⁸ e elege a maior bancada, em termos relativos, na Assembleia Legislativa (25,3% de um total de 75 cadeiras). Na Câmara Federal sua representação é também bastante aumentada, obtendo a maioria da bancada paulista (32,5% de um total de 40 cadeiras)⁴⁹. Por outro lado, Adhemar garante sua participação na composição do Governo Federal, indicando o engenheiro Sousa Lima para o Ministério da Viação e Ricardo Jafet para a presidência do Banco do Brasil, além de obter ainda a presidência do IAPTEC e a Prefeitura do Distrito Federal⁵⁰.

A evolução do quadro político de São Paulo de 1947 a 1950 é fundamentalmente marcada, portanto, pela ascensão do PSP. Alojado na máquina governamental, o Partido desenvolve um sólido trabalho de organização, cujo resultado imediato é a desarticulação do PSD paulista, comprometendo, definitivamente, sua possibilidade de vir a se colocar como força política de expressão no Estado.

Por outro lado, surgindo como um grupo independente, desvinculado das principais forças que dominavam o cenário político na fase de redemocratização, o PSP emerge através

48. Inicialmente fora prevista a candidatura de Adhemar ao Senado, mas a decisão da justiça eleitoral, condicionando a candidatura à desincompatibilização, levou o PSP a apresentar o nome de César Vergueiro, contemplando, assim, o grupo de ex-pesedistas que passaram a integrar o Partido.

49. Ver Quadros V e VI do Anexo I.

50. Segundo as versões de Café Filho e Góes Monteiro, a indicação de Jafet para o Ministério da Fazenda teria sido também de Adhemar. No entanto, em seu depoimento, o Dr. Salzano atribui esta indicação ao PSD paulista. Segundo ele, a própria nomeação de Jafet teria sido por iniciativa pessoal de Vargas, em retribuição ao apoio financeiro que aquele lhe prestara durante a campanha.

de uma composição com os partidos identificados com as massas trabalhadoras, na medida em que esta representava a única alternativa com probabilidade de êxito em face do grupo instalado no poder. Conquistando o controle do Estado de São Paulo, a situação se recoloca em relação ao quadro político nacional: isolado do esquema hegemônico encabeçado pelo PSD, Adhemar é forçado a assumir a alternativa de oposição, aproximando-se dos trabalhistas.

Entretanto, as possibilidades de enquadramento político-partidário, por parte do PSP, do potencial eleitoral representado pelas massas urbanas esbarram com a concorrência do PTB, cuja base organizacional era a estrutura sindical e previdenciária controlada pelo Ministério do Trabalho. Marginalizado do esquema situacionista federal e sem contar com recursos burocráticos em âmbito estatal que lhe permitissem controlar a máquina trabalhista em São Paulo, Adhemar baseia sua penetração junto às massas trabalhadoras urbanas em um apelo populista de caráter pessoal que, extrapolando o Partido, passa a contar como recurso de barganha eleitoral com o PTB. Desta forma, a aliança PSP/PTB seria uma constante no processo político paulista, estabelecendo-se um padrão de relacionamento que, embora extremamente conflituoso, já que ambos disputavam o mesmo espaço político, tendeu sempre a apresentar um alto rendimento eleitoral⁵¹.

51. O depoimento de Ivete Vargas é bastante elucidativo a este respeito: “O PTB e o PSP muito dificilmente se entendiam. O grande inimigo do PTB era o PSP e vice-versa (...). Uma coisa é a parte política e outra a parte eleitoral (...). Politicamente para nós era difícil o apoio a Adhemar, mas eleitoralmente não. Nosso eleitorado aceitava muito bem o acordo com Adhemar (...). Havia uma afinidade”. Depoimento de 14/12/78.